

Observatório Nacional de Saúde Mental e Justiça Criminal

Questões de Metodologia: O Método Cartográfico

Silvia Tedesco e Daisy Queiroz

De acordo com a proposta do Sistema Único de Saúde – SUS, as práticas de saúde dirigem-se ao território existencial, e não ao sujeito isolado. Não se trata de pensar o sujeito como uma natureza preexistente que se relaciona com um dado meio, e sim como território existencial que se constitui através de relações dinâmicas. Em outras palavras, o sujeito constrói-se como rede em transformação, sendo uma resultante, sempre provisória, do conjunto de conexões estabelecido num dado momento. Consequentemente, a atenção aos transtornos de saúde mental não deve levar em conta aspectos ligados à interioridade de um sujeito, mas precisa trabalhar os nexos estabelecidos com a escola, a família, o trabalho, os vizinhos, entre outros. Os serviços de saúde também habitam esse território e só podem atuar de modo eficaz integrados nessa rede viva, sempre em processo de variação e de criação. De modo que os cuidados com a saúde precisam priorizar o fortalecimento da rede territorial, suas particularidades e suas diferenças locais, pois é desse modo que o objetivo de reinserção social do sujeito pode ser efetivado.

A cartografia, método que possibilita, ao mesmo tempo, a produção de conhecimentos e a prática de intervenção, vai ao encontro de tal proposta.

Restrita à dimensão das formas, as metodologias tradicionais de pesquisa não conseguem apreender a marca mais genuína da realidade, seu processo contínuo de individuação, ou se preferirmos, seu processo de criação. O desafio da cartografia é justamente a investigação de formas, porém, indissociáveis de sua dimensão processual. (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009, p. 99).

Ao contrário de focalizar exclusivamente objetos de estudos considerados como invariantes, ela se volta para a dimensão processual presente no território existencial, e assim permite a apreensão cuidadosa do território como matéria viva, prenhe de variações. A cartografia visa acompanhar a realidade em seus momentos de transformação para intervir, fomentando o dinamismo que é próprio às redes de relações. “Eis, então, o sentido da cartografia: acompanhamento de percursos,

implicação em processos de produção, conexão de redes” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009, p. 10).

No contexto das atividades do Observatório, a perspectiva metodológica da cartografia será utilizada para detectar e conhecer iniciativas inovadoras que operam, seja no âmbito da Justiça Criminal, seja na área da Saúde Mental, apoiadas no modelo de Saúde Mental proposto pelo SUS. Será, então, possível acompanhar os serviços em andamento, o modo como são desenvolvidas suas ações, assim como a dinâmica das relações profissionais e as relações interinstitucionais da rede no momento em que acontecem. Não interessam apenas resultados, produtos, (embora esses também sejam considerados como pertinentes) mas, principalmente, vale entender como tais produtos estão sendo gerados, seus impasses e soluções exitosas. Ao trabalhar sobre a realidade concreta do cotidiano dos serviços, a cartografia dará visibilidade e oportunidade para a análise das variações presentes nos modos de atuar.

Os conhecimentos obtidos através do método cartográfico também poderão retroalimentar os serviços, indicando as mudanças necessárias, tanto no sentido de resolução dos obstáculos detectados, quanto de maximização das condições facilitadoras e, através da potencialização das ações exitosas e sua difusão por outros serviços, fortalecer a rede de saúde como um todo (RAPS – Rede de Atenção Psicossocial).

Também consta dos objetivos do projeto, construir, a partir do acompanhamento dessas iniciativas, que apresentam alta resolutividade em seu modo singular de atuação, um inventário de práticas de saúde mental exitosas, apoiadas na lógica do SUS. Trata-se de uma construção de baixo para cima que não pretende estabelecer um modelo geral único para todos. As generalizações e a proposta de padrões muito rígidos trazem o risco da imposição de modos cristalizados de funcionamento pouco eficazes. Nesse sentido, a perspectiva cartográfica entende que a forte uniformização traz problemas, e que a eficácia na reorientação das práticas implica em concorrermos para a singularidade de cada serviço e das subjetividades ali envolvidas. No contexto de um país como o nosso, que apresenta grandes diversidades e populações com diferentes necessidades, o elenco de estratégias produzido precisará ser aplicado de acordo com as características particulares de cada serviço e do público ali atendido. Através do trabalho cartográfico, desenvolvido junto às várias iniciativas pesquisadas, pretende-se

elaborar um projeto de qualificação dos serviços de saúde mental que, ao mesmo tempo, atenda a perspectiva do SUS e respeite e valorize as diferenças locais.

Para atingir tais objetivos, procederemos à elaboração dos instrumentos de análise, ou avaliação, que fornecerão indicadores sobre as ações assertivas dos serviços. Durante essa etapa, o projeto terá o cuidado de cotejar sua proposta de instrumentos de análise, em processo de construção, com outros instrumentos já existentes, que vêm sendo utilizados por outros pesquisadores, alargando assim o diálogo com a comunidade de pesquisa. Ao mesmo tempo, buscaremos habitar o território de alguns serviços, para aí, na prática, testar e aperfeiçoar os instrumentos, a fim de que estes estejam adequados ao respeito às circunstâncias particulares dos serviços. Importa não correr o risco de desqualificar as novidades que os serviços comportam, ao contrário, cabe fomentá-las em suas potencialidades inovadoras. Esses procedimentos permitirão construir três instrumentos de análise:

1. Um quadro de indicadores de adequação dos dispositivos e equipamentos em atenção às portarias 1777 e 2197 e à lei 10216;
2. Um quadro de indicadores de resolutividade do ponto de vista dos agravos, fatores de risco e vulnerabilidade social das ações de atenção à saúde, para avaliação dos procedimentos utilizados nos serviços para oferta de atenção à saúde mental no Sistema de Justiça Criminal;
3. Indicadores das condições facilitadoras e obstaculizadoras de resolutividade dos serviços examinados.

A metodologia da pesquisa, a ser utilizada para construção dos instrumentos de análise e posterior avaliação das ações exitosas dos serviços, seguirá os seguintes procedimentos técnicos:

- Levantamento Documental: Registros periciais; prontuários dos pacientes e outros documentos para ciência das condições dos indivíduos com transtorno mental em conflito com a lei, internos ou em processo de ingresso no sistema de justiça criminal.
- Observação Participante: Envolve o acompanhamento das atividades realizadas nas várias etapas do serviço, assim como a observação e intervenção sobre a dinâmica das

relações institucionais e interinstitucionais em vigência nas Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) estudadas.

- Entrevista: Serão realizadas entrevistas individuais e em grupo com diferentes profissionais do serviço e clientela, com foco na dinâmica de funcionamento das ações de atenção à saúde mental, incluindo o trato das situações de agravos, dos fatores de risco e de vulnerabilidade social.

Através da mobilização dessa dinâmica de pesquisa, apoiada na perspectiva cartográfica e constituída em rede de pesquisa com outros observatórios, temos como alvo a produção e o compartilhamento crítico de conhecimento, capaz de articular aspectos conceituais, legais e técnicos voltados à aferição e aumento da resolutividade das ações públicas, pautadas na reorientação do modelo de atenção à saúde mental, oferecidas aos internos ou indivíduos em processo de ingresso no Sistema de Justiça Criminal, portadores de transtornos de saúde mental, incluídos aqueles decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas.